

Estado e democracia boliviana em tempos de plurinacionalidade¹

Jórisa Danilla N. Aguiar

Doutoranda em Ciências Sociais e pesquisadora do grupo PRÁXIS,

Universidade Federal de Campina Grande, PB, Brasil

jdaniillaaguiar@hotmail.com

Pablo Thiago Correia de Moura

Doutorando em Ciências Sociais e pesquisador do grupo PRÁXIS,

Universidade Federal de Campina Grande, PB, Brasil

pablomourapb@hotmail.com

Resumo: A Bolívia experimenta desde 2005 com a primeira eleição de Evo Morales um momento relevante em sua história política – que se diferencia da democracia pactuada vivenciada pelo país e a redemocratização inaugurada em meados nos anos 70/80 – onde um grande projeto político que inicialmente se denominava “Instrumento Político para a Soberania dos Povos” reconhecia, ao menos em discurso, a multiculturalidade do país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, uma resposta política às lutas antiimperialistas vivenciadas desde o ano 2000. Passados oito anos de governo masista, cisões vêm acontecendo principalmente depois da reeleição, junto às críticas cada vez mais incisivas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities* e a postura do governo evista perante os movimentos sociais e o movimento indígena. Investigaremos as delineações do Estado boliviano e seu modelo econômico-produtivo, destacando a relação do governo com as transnacionais que ainda possuem um papel significativo no extrativismo no país. A partir dessa problematização, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

Palavras-chave: Bolívia, Estado, plurinação.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

Introdução

A Bolívia experimenta desde 2005 com a primeira eleição de Evo Morales um momento relevante em sua história política – que se diferencia da democracia pactuada vivenciada pelo país e a redemocratização inaugurada em meados nos anos 70/80 – onde um grande projeto político que inicialmente se denominava “Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP)” reconhecia, ao menos em discurso, a multiculturalidade do país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, uma resposta política às lutas antiimperialistas vivenciadas desde o ano 2000. Na Bolívia, surge uma nova delimitação de Estado, que vai reformando as estruturas liberais instauradas desde a república nascida em 1825 e que foi grande responsável pelas políticas excludentes e centralistas, bem como por todo o controle de terra e riqueza do país, encabeçada pelo campesino indígena que ascendeu ao poder (Svampa e Stefanoni, 2007). A iniciativa de se criar um “Instrumento político” vinha como resultado de uma demanda para substituir uma ordem política vigente, onde uma minoria dominava politicamente e os partidos políticos sempre apareciam defendendo interesses que serviam ao neoliberalismo. O Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP), dentro dessa nova delimitação de participação popular, foi fundado inicialmente como um partido político de base campesina e indígena, em uma tentativa de trazer representantes da grande maioria da população boliviana ao poder político, demonstrando um grande avanço em termos de participação.

O modelo do “capitalismo andino”, que posteriormente se transformou em “socialismo comunitário” – sem termos uma clara definição sobre as diferenças entre os dois, bem como os sujeitos que iriam realizá-los – não se faz incontestável. Passados oito anos de governo masista, crises vêm acontecendo principalmente depois da reeleição, junto às críticas cada vez mais incisivas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities* e em relação às decisões do governo vistas perante os movimentos sociais e o movimento indígena.

Investigaremos as delimitações do Estado boliviano e seu atual modelo econômico-produtivo, destacando a relação do governo com as transnacionais que ainda possuem um papel significativo no extrativismo no país. Entendemos que se avançou em termos de democracia participativa na Bolívia, porém muito ainda precisa-se avançar em relação às medidas econômicas que sustentam a economia do país, como a produção mineira estatal – que hoje parece marginalizada – visto que a presença do

Estado nesse setor não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações mineiras do país, mesmo que a nova constituição de 2009 vise à nacionalização dos recursos naturais, bem como a consulta à população sobre essas práticas extrativistas. A partir dessa problematização, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

A formação do MAS-IPSP: apresentação e críticas

Antes de ser candidato à presidência pela primeira vez, em 2002, onde ficou em segundo lugar, Evo Morales² ficou conhecido como um importante líder indígena do movimento cocalero. Um movimento social que se transformaria em movimento político ao passo que a consciência social foi se transformando em consciência política. Foi estabelecido no congresso de 1995, que antes tinha caráter camponês e agora era também sindical-político, a criação de um instrumento político nomeado de “*Asamblea por la Soberanía de los Pueblos - ASP*” (Harnecker e Fuentes, 2008). Com a ASP, em 1997, se disputam cadeiras no parlamento, onde Alejo Véliz, que não se elege, expulsa Evo Morales da ASP sob a acusação de Morales estar realizando contra-campanha. Nesse contexto, Evo Morales enfatiza que: “*Nosotros, entonces, vamos a hacer el Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos, ellos que se queden con el nombre de Asamblea por la Soberanía de los Pueblos*” (Harnecker e Fuentes, 2008: 71). Tenta, assim, se inscrever na corte electoral, quando por três vezes teve esse pedido negado. Nesse mesmo ano de 1997, a Corte Nacional Eleitoral sob as determinações da direita política, não reconhece nenhum dos dois instrumentos políticos aqui citados. Dessa forma, registra-se o partido político MAS (fato que só foi possível porque antes essa sigla nunca havia sido apresentada às eleições) e Evo Morales com essa sigla se lança às eleições municipais.

O MAS-IPSP, de base campesina e indígena, se encaixaria em termos teóricos no que explica Gohn (1997), quando se vê que “a política passa a ser uma dimensão da vida social [...] uma perspectiva que abriu a possibilidade para se pensar o poder na esfera pública da sociedade civil”, perpassando também por aspectos culturais e

² Foi dirigente de produtores de coca do vale do *El Chapare* (situada em uma região tropical), defendendo o cultivo legal da folha de coca, se pondo em frente à erradicação forçosa e a outras políticas restritivas.

simbólicos, especificamente no caso boliviano, sem renunciar à luta pelo poder político do Estado, voltando à cena a ação coletiva, os novos discursos e horizontes.

Evo Morales ganha pela primeira vez as eleições para presidente sob este registro, com Álvaro García Linera como vice, em 2005. Desenvolvemos a ideia de que o interesse de classe de cada grupo político expressa um interesse particular, que pretende se tornar hegemônico para fazer passar este interesse particular como o interesse geral da sociedade. Dando continuidade à democracia direta, participativa, o governo obtém em referendo realizado em junho de 2006, 53% dos votos a favor para que se convocasse a Assembléia Constituinte, demanda da anteriormente mencionada “agenda de outubro”³. Em agosto de 2008, em outro referendo revocatório, ratifica-se a nova constituição do Estado plurinacional da Bolívia que passou a vigorar em 2009. Vários países da América Latina passaram por situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais, golpes e na consequente falta de credibilidade do sistema partidário vigente e da representação política como um todo. Peña e Lillo (2009) ressaltam que este contexto de exclusão dos setores populares e de busca por novos espaços em defesa do ideário democrático facilitou a abertura e o reaparecimento de movimentos sociais e novos líderes no cenário político. Os insurgentes movimentos contestatórios procuravam se alocar no aparelho estatal, para então reformá-lo, muitas vezes alterando-se as frações de classe no bloco no poder. Respondiam a um processo que clamava por novas institucionalidades diante de uma ruptura política que se fez necessária e que se tornou projeto central do governo de Morales. Entre as mudanças em lei que pretendem resguardar a participação popular e democrática, destacam-se os novos mecanismos de gestão participativa com a ampliação dos direitos políticos (individuais e coletivos), controle popular e autonomia indígena, com o reconhecimento das 36 nações originárias.

A reconstrução do Estado boliviano, que passaria de unitário a autônomo, trouxe como objetivos o controle estatal de pelo menos 30% do PIB, a nacionalização parcial dos hidrocarbonetos e empresas de serviços, bem como a reforma agrária, uma das

³ De acordo com Cunha Filho (2009), faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada. É uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Evo Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembléia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

polêmicas ações do governo masista, por não incluir a expropriação da propriedade privada (Stefanoni, 2006). Em 2009, Morales se reelegeu com mais de 63% dos votos (superando os quase 54% do primeiro mandato, um recorde que pouco provavelmente poderia ser melhorado), contra 27% de Manfred Reyes Villa, seu principal rival direitista, depois de aprovada a nova constituição que lhe permitiu reeleger-se. O MAS herdaria, assim, a capacidade de negociação e de organização coletiva do período de resistências aos ditames neoliberais que resultaram nos conflitos de 2000-2005, com a guerra da água e as duas guerras do gás. Alavancou a esperança por mudanças significativas e duradouras nos paradigmas políticos e econômicos da Bolívia e consolidou o apoio entre os setores populares bem como entre os setores médios, como uma incipiente burguesia paceña. Também as ações-símbolo, como chamado ao novo nacionalismo, permearam o universo de governo, a exemplo de uma das maiores promessas de campanha de Morales para o segundo mandato, a proposta de lançamento do satélite Tupac Katari – que leva o nome do importante líder indígena já citado. Estas iniciativas nacionalistas são parte da postura seguida pelo partido, que, sempre que possível, procura escolher datas e nomes para os diversos projetos que façam referência a figuras e marcos políticos importantes e característicos do país e da tradição indígena.

A crise de legitimidade do Estado que teve seu estopim no ano 2000 combinada com o renascimento de um movimento mestiço de demanda étnica, política e cultural que atravessa a história boliviana desde a última década. Com uma persistência mais alta no Oriente do país, ao sul da Bolívia existe algo que remete às estruturas patrimoniais de poder, à propriedade privada da terra, por parte dos patrões da terra que são também os que exerceram o poder político e que assim se estabeleceram ao longo da história. Estas estruturas de governo do Estado boliviano foram desenvolvidas de tal maneira que possibilitava a existência de uma autoridade local regional e de um poder patronal que cancelava a democracia boliviana em alguns territórios. Esta classe social estabeleceu um poder departamental, parlamentar e chegou ao âmbito presidencial. Membros da mesma classe ocupavam tanto os postos mais simples como os mais altos cargos de Estado, situação comum em nosso subcontinente.

Uma das características das mudanças políticas na Bolívia, além de todos os levantes sociais, foi a vitória eleitoral do MAS em 2005 que rompeu esta cadeia de poder. Luís Tapia assinala que a vitória do MAS está montada em uma série de alianças

com forças políticas representativas em cada região, sejam sindicatos de camponeses, assembleias de povos indígenas, entre outras organizações:

Durante un tiempo, al principio de su gobierno, Evo Morales mantuvo reuniones diarias —bien temprano cada día— con los diferentes movimientos sociales y reuniones de evaluación del gabinete sobre todo con aquellas organizaciones de la sociedad civil aliadas. Hay un vínculo, más continuo antes, sobre todo entre Evo Morales y estas organizaciones de la sociedad civil, pero eso no equivale a un gobierno de los movimientos sociales. (Tapia, 2009: 143)

Com essa afirmação, Tapia reascende o debate de que o partido de Evo Morales estava representando uma série de interesses que não advinham somente do movimento indígena ou cocalero, de onde vinha o futuro presidente. Era um processo de crescimento de forças populares junto ao crescimento do MAS, que mais do que um partido, integrava e potencializava o crescimento e participação popular, no início das eleições de 2005, mas que aproveitava uma conjuntura dada pelo fracasso do sistema político vigente, onde os partidos se revezavam no poder. Contudo, segundo o autor e professor boliviano, o partido de Morales pretendeu monopolizar o poder eleitoral de maneira rápida, impedindo, por exemplo, que houvesse candidaturas de esquerda, de outros setores populares independentes, utilizando-se de uma política de abuso de poder para isso⁴. Com tais medidas, o MAS tem fortalecido, segundo o autor, a oposição crescente dentro da esquerda política, incluindo decisivamente os indigenistas. O Movimento ao Socialismo apresentou-se e conseguiu apoio como um partido antineoliberal, porém, permaneceu com a lógica precedente de como se fazer política, não rompendo com as instituições já existentes, incluindo as formas criticadas e que pretendia reformar. Em uma publicação recente, Tapia fornece elementos para que possamos entender porque ele fala em uma democracia que o MAS mistifica uma democracia direta, que não acontece e que parece cada vez mais distante:

En realidad eran actos plebiscitarios de apoyo al presidente pero no momentos de deliberación democrática. Esta dinámica de reuniones supuestamente representativas e inclusivas ha ido sustituyendo la dinámica de la democracia directa. El MAS nunca organizó una instancia de deliberación colectiva para la toma de decisiones. Ha ido concentrando cada vez más las decisiones en la cúpula

⁴ Uma política incoerente, visto que no período anterior a sua estada na presidência, os fundadores do MAS (dentre eles o presidente Evo Morales) relegaram qualquer impedimento de candidatura, repressão que sofreram, também, quando tentavam se candidatar com o nome de Instrumento Político para a Soberania dos Povos.

del poder ejecutivo. En este sentido, el MAS ha ido operando una sustitución de la política democrática por una combinación de política representativa y política simbólica, es decir, la escenificación de la representación, comunicación e inclusión de lo popular en una serie de actos plebiscitarios no deliberativos, en los que se renueva la jerarquía de los nuevos sujetos dominantes. (Tapia, 2011: 111-112)

O autor completa a crítica afirmando que o MAS está operando como uma força que está “*reduciendo, cerrando y reprimiendo esta línea de política organizada con autonomía, con pluralismo y con una carga crítica respecto de las estructuras de dominación y explotación*”, o que para ele é a atitude mais insensata se o partido pretende continuar no poder, e, principalmente se pretende ir a frente em sua revolução descolonizadora (Tapia, 2011: 115).

Em relação à nova constituição, em vigor desde 2009, Alejandro Almaraz, ex vice-ministro de Terras do governo evista, agrega ao debate uma perspectiva crítica em relação à elaboração, que foi desenvolvida junto às diversas organizações sociais. Uma das principais críticas faz referência à reforma agrária, Almaraz ainda sob o cargo de vice-ministro, contesta que:

Hay muy poco de nuevo en la Constitución si se la compara con la Ley 3545 de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria aprobada en noviembre del 2006. ¿Cuáles son los mecanismos centrales? Son los tres que he mencionado muy rápidamente, primero la reversión por la causa de incumplimiento de la función económico-social, es decir, la producción sostenible y compatible con el interés colectivo. Esa sí es la disposición antilatifundiaría redistributiva central. La reversión es el retorno de la tierra al dominio del Estado sin cargo ni indemnización, a diferencia del otro mecanismo más conocido que es la expropiación, que por definición impone una indemnización justa. La reversión no; sin indemnización. Y esto marca los alcances más resueltos, o si quieren, el carácter más radical de la reforma agraria boliviana, respecto de su antecesora de 1953 y de todos los demás procesos análogos en el continente. (Almaraz, citado em Svampa et al., 2010: 217-18)

Almaraz ressalta o caminho dual tomado pelo governo boliviano, que em discurso mostra-se radical, mas que mantém posições moderadas e boas relações com uma incipiente burguesia oligárquica local. O tema da reforma agrária e das nacionalizações é decorrente quando se pretende caracterizar o governo em gestão. O autor, que antes afirmava que se poderia encontrar no governo de Morales maior igualdade e autonomia do que na sociedade capitalista neocolonial vivida no país até então, hoje sustenta que a economia comunitária do governo masista está pautada em

nacionalizações relativas e em falsas reformas agrárias, afirmando que o Estado contemporâneo ainda não passa de uma máquina burocrática de poder. Almaraz acrescenta que a sociedade boliviana continuou não se identificando com seus representantes, o poder judiciário continua dependente do poder econômico, o que anula a possibilidade de reformas significativas do Estado boliviano por via democrática.

O Estado Plurinacional de Bolívia sob a perspectiva governista: contradições criativas?

O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância, determinando também os rumos políticos encarados por um processo que procura combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. No caso boliviano, o Estado Plurinacional é o grande projeto que alavancou a campanha e eleição de Evo Morales e que, pautado em um novo texto constitucional, que responde às antigas demandas pelo reconhecimento à multiculturalidade de seu país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, principal fonte de renda econômica na Bolívia. Porém, existem ressalvas quanto à continuação e efetivação dessa suposta recondução tomada por parte do governo para se mudar a realidade do país. O MAS, decisivamente na primeira eleição, em 2005, personificou a unidade dos heterogêneos movimentos sociais em busca de uma alternativa contra-hegemônica de governo como nenhum outro, incluindo a participação popular como objetivo de luta. Porém, mesmo antes da eleição, a esquerda política no país vem se fragmentando, principalmente a esquerda fiel ao marxismo eurocêntrico ou a uma visão essencialista latino-americana. O processo de mudanças na Bolívia tem sido objeto de amplas discussões teóricas com consequências políticas para intelectuais e militantes de todo subcontinente, por fazer parte de um momento único da história boliviana com o protagonismo dos movimentos sociais e da retomada do sentimento nacionalista “indígena” tão característico do país e da região.

De acordo com Álvaro García Linera, vice-presidente do país, a soberania de Estado na Bolívia contemporânea está vinculada à soberania do povo, que se manifesta não só a cada cinco anos, mas também cotidianamente, ao expor as necessidades e expectativas quanto aos rumos do país. Para Linera, a “revolução democrática e

cultural” que está em curso desde 2005 com a eleição do MAS significa a quebra da democracia pactuada para que entre em cena o “governo dos movimentos sociais” – principalmente o movimento indígena, forma como ele mesmo classifica o “evismo”⁵. Ainda nas palavras do intelectual e político boliviano, os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais fazem parte do momento de “*contradicciones creativas*”. É o momento em que as tensões acontecem dentro do setor que protagonizou o processo de mudanças desde o fim da democracia pactuada, no interior do bloco nacional-popular que se consolida no poder, conforme demonstrado nos últimos índices eleitorais, quando Evo Morales conseguiu aumentar a quantidade de bolivianos votantes a seu favor. García Linera explica que são tensões criativas porque são subjacentes ao processo revolucionário que auxiliam e são fundamentais para o seu desenvolvimento como forças produtivas objetivas e subjetivas à revolução (Stefanoni et. al., 2008).

A grande maioria dos conflitos envolve o modelo econômico-produtivo que o governo evista vem adotando, primeiro denominado “capitalismo andino-amazônico” e posteriormente substituído pelo “socialismo comunitário”. A questão da industrialização, tido que o extrativismo é a principal fonte de renda do país, junto com a defesa da “pachamama”, ou seja, a luta do interesse comum entre o interesse corporativo são tensões que o evismo enfrenta cotidianamente, segundo o intelectual e vice-presidente, são interesses conflituosos que não podem ser resolvidos imediatamente mediante uma hegemonia mundial capitalista. Por isso, o “capitalismo andino” foi o termo e o modelo nacional produtivo que primeiro foi apresentado como possível para a Bolívia contemporânea. Consiste em explorar a base familiar da economia boliviana, modernizando-a, no sentido de “reduzir os mecanismos de subordinação dessas formas tradicionais ao capital, para possibilitar a melhora das condições tecnológicas da produção familiar, a maior rentabilidade interna e melhor distribuição das riquezas”, que enfraqueceria a “subsunção formal” partindo para uma aparência articulada, solidária, conforme acontecia nas comunidades indígenas (Ramírez Galegos, Stefanoni, Svampa, 2009: 80, citado em Santaella Gonçalves, 2011). García Linera adverte com base no conceito de sua criação, que o socialismo não se constrói por forma de decreto e o que se passa na Bolívia é um desenvolvimento

⁵ Definido como uma estratégia de poder coletiva, mesmo que o núcleo forte parta de uma pessoa, fundada nos movimentos sociais, reavendo os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indigenismo (García Linera, 2006; Stefanoni, 2006; Orellana Aillón, 2006).

particular no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo. De qualquer forma, aponta que é um conceito que demonstra claramente que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, que não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista, para que se gerem processos que permitam pensar em um pós-capitalismo, utilizando-se do poder do Estado “*como artífice del potenciamiento de estas últimas mediante transferencia de tecnología y recursos*” (García Linera, 2008: 19). O Estado, por sua vez, é definido pelo vice-presidente como uma relação, que ele desenvolve mais além como:

(...) una estructura de relaciones políticas territorializadas y, por tanto, son flujos de interrelaciones y de materializaciones pasadas de esas interrelaciones referidas a la dominación y legitimación política. Esta relación-Estado siempre es un proceso histórico político en construcción, en movimiento, en flujo. Pero hay momentos de su historia que este devenir se mueve en un marco de procedimientos, jerarquías y hábitos relativamente previsibles y acotados, esos son los momentos de la “estabilidad” de la relación-Estado. (García Linera, 2008: 392)

Após diversas críticas, partidas inclusive do presidente Evo Morales, García Linera abandonou o discurso de capitalismo andino e passou a adotar o “socialismo comunitário do bem viver”, como uma junção das satisfações das necessidades materiais humanas “*mediante el diálogo vivificante con la naturaleza, preservándola para preservar también el destino y el bienestar común de las futuras generaciones de todos los seres vivos.*”, utilizado como o modelo nacional-produtivo de governo (García Linera, 2011: 71). O socialismo é um horizonte sonhado por quem não quer viver sob os ditames do capitalismo, e, na Bolívia, o socialismo comunitário é dado como esta forma de organização de sociedade dentro das particularidades bolivianas, uma busca por equidade que os povos originários já lograram em outras épocas e que está em construção:

La nueva Constitución define un largo camino en el que los bolivianos generemos más riqueza, participemos directamente en la distribución de esa riqueza y en la toma de decisiones, y despleguemos y habilitemos todas nuestras potencialidades contenidas, nuestra creatividad, inteligencia y sociabilidad en un proceso largo al final del cual está el socialismo comunitario que, previamente, tiene que atravesar un periodo de transición, un puente, que tenemos que construirlo todos: de manera democrática, pacífica, participativa, ampliando la riqueza, el trabajo en común y la capacidad asociativa comunitaria que tenemos en los barrios y en las comunidades, en la medida en que todo esto se expanda, se irradie y se potencie estaremos construyendo un nuevo tipo de sociedad. (García Linera, 2010: 7)

O socialismo comunitário está vinculado à expansão da vida comunitária boliviana, a uma combinação de formas de vida comuns, privadas e de trabalho comum, usufruto individual e associativo, que é possível a partir do momento em que se abrem possibilidades de construí-lo em outro capitalismo que “*junto a la producción industrial, a la tecnología y al mercado, perviven todavía estructuras comunitarias, estructuras agrarias de la sociedad*” e é justamente o que diferencia o capitalismo boliviano dos outros existentes, perfazendo um caminho de longo prazo que leve a um socialismo comunitário (García Linera, 2010: 13). São considerações que precisam ser problematizadas, pois exprimem contradições entre práticas de governo e discurso, além de basearem-se em políticas neodesenvolvimentistas que favorecem alianças de classe e despolitizações dos movimentos contestatórios de base, principalmente em longo prazo.

Sobre o debate acerca do Estado Plurinacional, Pablo Mamani acrescenta que a vida econômica e política dos povos originários (em sua grande maioria aimarás, quéchuas ou guaranis) não mudou em grande medida, exceto para algumas elites dirigentes e, para justificar tal afirmação, Mamani relembra que nos dois últimos anos – 2010 e 2011 – o governo masista enfrentou duas relevantes crises⁶ com os próprios movimentos sociais indígenas, de onde veio Evo Morales (Mamani, 2011). Para Mamani, a violência policial, a mesma cometida nas guerras da água e do gás, continua sendo um problema, assim como os conflitos com a Central Operária Boliviana por ajustes de salários, que demonstram a queda de aceitabilidade do governo de Morales. Ressalta que há uma grande frustração por parte de muitos setores da sociedade que lutaram para que este governo fosse eleito, setores que observam que o poder, como dominação social, é o mesmo poder de antes e o Estado continua colonial e racista como antes e contra o qual promoveram levantes que marcaram a história do país. Continua seu embasamento crítico afirmando que a linguagem “revolucionária eurocêntrica” da qual se utiliza principalmente García Linera, está anulando os ganhos históricos dos povos originários a partir do momento em que encobrem os pactos com a burguesia. Mamani dá como exemplo a constituição e o reconhecimento do Estado Plurinacional que, ao falar de autonomia, reconhecimento e inclusão, prevê que apenas 7 dos 130 lugares na Câmara dos Deputados sejam de indígenas originários. Diz ainda que suas teses não tratam de “fundamentalismo indígena”, como alguns críticos de dentro do

⁶ As referidas crises são o “Gazolinazo”, que aconteceu em dezembro de 2010, e o conflito do “TIPNIS”, que teve seu estopim em agosto de 2011. Explicaremos cada um deles ao analisarmos a matriz teórica de esquerda tradicional.

Estado pretendem caracterizar, afirma que se trata de reparar a igualdade de direitos civis, de cultura e inclusive de território aos que os povos originários têm direito. Mamani aponta várias perguntas que indicam a sua interpretação sobre o governo masista, o qual, para o autor, não está promovendo nem revolução, nem reconhecimento e nem reforma agrária para os índios, que são a maioria oprimida no país. Se o governo “*autoriza el ingreso y comercio de semillas y productos transgénicos a Bolivia*” não está agindo a favor das transnacionais? Se há conflito com a maioria dos povos indígenas, existe “*gobierno revolucionario o contrarrevolucionario y antiindio en Bolivia*”? A “*revolución agraria de la tierra*” também não aconteceu, e assim, como se pode avançar na descolonização se implicaria também numa “*descolonización del territorio*”? (Mamani, 2007: 2011)

Conclusões: rupturas ou continuidades?

A demanda pela construção de um Estado-nação na Bolívia tomou fôlego a partir das lutas antiimperialistas pela não privatização dos recursos naturais, bem como da legalização do plantio de coca, que tendiam à recuperação da identidade indígena, englobando cultura e território. Com os novos discursos, García Linera trouxe a substituição de vários outros termos que, de fato, encobriam o caráter de reformas trazidas pelo governo masista, quando subordinação passou a dar lugar a soberania, onde o Estado colonial passou a denominar-se plurinacional e, finalmente, o patrimonialismo deu lugar ao Estado Moderno, cada vez mais estável política e economicamente. Ao inaugurar um período de estabilidade no país, estar-se-ia vivendo um melhor momento para a construção de uma nova sociedade, do que o período anterior à eleição evista? Qual a relação, hoje, do governo com os movimentos sociais, que foram responsáveis por sua eleição? García Linera (citado em Fornillo e Puente, 2010: 49) ratifica que se formou um novo bloco no poder, mas “*falta un nuevo bloque de decisiones, de configuracion institucional de los tres ámbitos de poder estatal. Y aparte existen otros ámbitos donde debe definirse el poder*”. Agregam ao debate que:

Este discurso, en apariencia más “radical”, podría dar la impresión de que, en su segundo mandato, el gobierno del MAS estuviera “girando a la izquierda”... En el fondo, es simplemente una forma de vender más ilusiones de que algo cambiará en el marco del raquítrico capitalismo boliviano.(...) Esta perspectiva, sumada a las autonomias de diferentes signos, y la supuesta “soberanía económica” (como dice

Linera) le darían el camino libre para que se produzca - por generación espontánea - el “socialismo comunitario” sin lucha por la revolución socialista.
(Fornillo e Puente, 2010: 54)

Boaventura de Souza Santos destaca a característica moderada das nacionalizações que não incluem expropriações, garantindo segurança e continuidade jurídica, elementos que expressariam, para o autor, o pilar de toda democracia (De Souza Santos, 2006). Afirma, ainda, que o governo encabeçado por Morales preocupasse mais com a governabilidade – a partir do momento que não se realizam expropriações e continua-se a manter um diálogo e uma aliança com a classe média – do que em explicar se estamos frente à formação de um novo bloco no poder. Assim, tampouco vem apresentando uma estratégia política que realmente o diferencie dos governos anteriores. Enquanto que para Pablo Stefanoni, a Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 1930 e 1940, com a revolução nacional de 1952 e com o breve ciclo de nacionalismo operário-militar da década de 1970. A “encenação” das nacionalizações mediante a ocupação militar dos poços de gás teria como objetivo resgatar o novo nacionalismo indígena junto ao velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, procurando sua articulação em um governo indígena popular que pretende incorporar as Forças Armadas ao processo (Stefanoni, 2006). Até porque as nacionalizações da Bolívia evista foram muito mais moderadas do que as do último governo nacionalista, encabeçado pelo Movimento Nacional Revolucionário - MNR, continua-se a primar pela industrialização e desenvolvimentismo em moldes burgueses. Lembremos que a Bolívia é um país de baixo desenvolvimento capitalista e riqueza baseada nos recursos naturais – petróleo e gás – e assim, nos perguntamos se estamos assistindo a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante do bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. Existe uma nova fração da burguesia que podemos denominar *paceña*, em referencia a cidade de La Paz e com contradições com a grande burguesia de Santa Cruz? Observamos um processo de nacionalizações? Com que limites? Existe um “empoderamento” do Estado com o objetivo de desenvolver um novo modelo produtivo, em quanto é promovida a “cidadanização” das massas populares?

O período de transição e consolidação do socialismo comunitário parece firmar o capitalismo de Estado nacionalista e reformador trazido por Mesa Gisbert com a agenda

de outubro, que não foi cumprida de forma integral. As Forças Armadas, junto ao governo masista, têm garantido a unidade nacional do país; governo este que, apesar dos altos índices de aprovação obtidos pelo presidente em seus primeiros anos no poder, já enfrentou greves e paralisações nas ruas, a exemplo de que aconteceu no “gazolinazo” de dezembro de 2010 e do conflito do TIPNIS, em agosto de 2011. Forjando uma nova esquerda através de um contraditório reformismo, o vice-presidente segue afirmando que “*nuestro horizonte estatal es un horizonte socialista*”, um longo caminho onde “*los bolivianos debemos generar riqueza, participar en su distribución y toma de decisiones*” que no final resultaria no socialismo comunitário, uma vitória ainda não garantida. Em nenhum momento García Linera fala na superação do Estado que é em sua essência burguês, por ser um produto histórico da separação em classes da sociedade. Afirma que a Bolívia passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “embasada no ideário da sociedade mobilizada” (García Linera citados em García Linera et. al, 2010: 13). A partir da demanda de luta vivenciada desde 2000, a redistribuição dos recursos seria a base econômica da construção desse novo bloco de poder, como “resultado de una derrota histórica-moral y política-cultural de las antiguas clases dominantes” (Ibid., p. 14).

Porém, o vice-presidente não aponta claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia de longo prazo para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado. Afirma que o governo objetiva que as elites tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno burguesa e que os índios não querem desfazer as elites oligárquicas existentes, mas que pretendem compartilhar o poder através de “un capitalismo con mayor presencia del Estado”, caracterizando uma política de conciliação de classes (García Linera, 2007; Stefanoni, 2007). Com esse discurso, García Linera confirma nossa hipótese indicativa⁷ de que existe a formação de uma nova burguesia de Estado, construída através do poder político, que se articula com uma nova fração da burguesia empresarial andina importante no seio do governo Evo Morales. Esta nova burguesia estabelece vínculos com os empresários venezuelanos “patriotas” que caracterizam a “burguesia bolivariana comercial importadora” e que conforma uma aliança que hegemoniza o bloco no poder

⁷ Concordando fundamentalmente com Duran Gil (2008: 169).

no projeto masista revolucionário (DURAN GIL, 2008; LA CALLE, 2009). Entendemos, então, que não existe uma caminhada rumo ao socialismo, porque não é questionada a propriedade privada burguesa. Estariamos, pois, frente a formação de uma nova burguesia de estado - construída através do poder político do líder boliviano - que se articula com uma nova fração da burguesia que denominaremos “burguesia paceña”, e que juntas conformam uma aliança que hegemoniza o bloco no poder.

O MAS tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais (que vão se somar às frações mineira, agroindustrial e oligárquica) para compor o novo bloco no poder de demanda nacional-popular, que contemplam também a soberania indígena e a inserção dos mesmos no sistema político. Contudo, é um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo e que mesmo mantendo diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneízam para garantir a dominação política no Estado. Todavia, é relevante destacar os interesses dos diferentes setores mais do que realizar abordagens morais acerca do governo masista.

Entendemos, por hora, que mesmo ensaiando um novo bloco no poder no país, o governo masista não representa uma alternativa em termos substantivos de superação capitalista. Frente ao debate sobre as articulações entre as frações de classe que hoje compõem o bloco no poder na Bolívia, interessou-nos, também, identificar os efeitos gerados no Estado, nas políticas sócio-econômicas em longo prazo.

Contudo, concluímos que a recaptura do nacionalismo boliviano está vinculada a uma resposta a um sistema de exploração, mesmo que tais contestações por muitas vezes não questionem as raízes desse sistema. Desta forma, apresentamos o conceito poulantziano de bloco no poder para a análise crítica do governo boliviano, por ser um conceito que nos permite entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemonizadas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes, chamadas, na ausência de um termo mais adequado, de burguesia paceña. Muitos elementos críticos nos são fornecidos a partir da caracterização de um governo nacional-popular que se apresenta como representante das massas, assumindo um discurso que problematiza uma mudança de paradigma em toda a América Latina, mas que ao mesmo tempo permite a aliança com frações da burguesia e a precedente formação de um bloco no poder com elementos novos vinculados a uma burguesia de Estado. Mesmo apresentando elementos nacionalistas e anti-imperialistas

no discurso, esse novo bloco no poder continua se sustentando no extrativismo como modelo neodesenvolvimentista. Concluímos, pois, que a relativa força e continuidade do governo evista só se explicada pela carência de “recambio” tanto por parte da direita, como da esquerda política.

A relevância da nossa análise também consiste em direcionar caminhos para se entender por que esse discurso neodesenvolvimentista é popular. É preciso desmistificar o processo de mudanças na Bolívia como se estivéssemos diante de um momento de logros revolucionários e com diferenças impactantes em relação a outros governos anteriores. Os problemas que se discutem agora já estavam postos antes da chegada de Evo Morales à presidência, mas eram problematizados. O “vivir bien” e o “plurinacionalismo” não parecem ter constituído o eixo discursivo do MAS. O governo de Morales forja a socialização do poder político e não problematiza a socialização dos meios de produção, nem através de nacionalizações, que continuam a favorecer o extrativismo, e nem através de expropriações, que não estão previstas nem na constituição, somando-se a esses fatores a força do componente militar como parte da postura do governo.

O diagnóstico é um só frente à situação de crise mundial do capitalismo, através da análise concreta da realidade concreta – conforme propunham Marx e Lenin – o que define uma alternativa socialista é a luta de classes, que é barrada diante alianças policlassistas e pela via de reformas que acabam por cooptar o movimento das massas seja na Bolívia contemporânea ou em outro lugar e momento histórico. Antagonicamente, o governo masista pretende articular-se utilizando do aparelho do Estado, uma nova conformação social que privilegia setores da burguesia estatal e de uma nova burguesia paceña (de origem indígena e aliada aos movimentos populares ou não). Independentemente das conclusões políticas aqui apresentadas e que em grande medida foram caracterizadas como reformistas, nosso objetivo consistiu também em fornecer elementos para poder pensar como transcender a sociedade capitalista. Sem desqualificar os ganhos obtidos através da luta de classes na última década no país, ou até mesmo durante o governo nacional-democrático de Morales, entendemos que o grande problema e a grande contradição dos novos modelos de governo residem, justamente, em não questionar a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo.

Referências

Cunha Filho, C., (2009). *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio.

De Souza Santos, Boaventura. Evo Morales e a democracia, (2006). *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 33-35. Disponível em: <http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/santos.pdf>. [Acessado em: 12 Jun. 2014].

Durán Gil, A., (2008) Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? In: *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais. UNESP. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>. [Acessado em: 12 Ago. 2014].

Fornillo, Bruno; Puente, Florencia, (2010) Dossier Bolivia. Buenos Aires. In: *Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe*. Disponível em: <http://iealc sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>. [Acessado em: 25 Jun. 2014].

García Linera, Álvaro., (2006) El evismo: lo nacional-popular en acción. *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>. [Acessado em: 23 Abr. 2014].

_____,(2007) *Las élites comparten el poder*. Disponível em: http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html [Acessado em: 31 Ago. 2014].

_____, (2008) *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

_____, (2010) El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. [Acessado em: 23 Jun. 2013].

García Linera, A. et. al., (2010) *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. [Acessado em: 25 Jul. 2014].

Gohn, Glória da M., (1997) *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Harnecker, Marta; Fuentes, Federico., (2008) *MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales*. La Paz. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>. [Acessado em: 23 Mai. 2014].

Mamani, Pablo.(2011) *¿De pre existentes a la colonia a subversivos? Pueblos indios originarios y el gobierno de Evo Morales*. Bolpress Periodismo ciudadano. Disponível em: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2011091604>. [Acessado em: 13 Mai. 2014].

Orellana Aillón, Lorgio., (2006) Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. In: *Revista OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VI, N° 19, julio. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/aillon.pdf>. [Acessado em: 22 Mai. 2014].

Peña e Lilo, Julio E., (2009) “Procesos constituyentes en el mundo andino. Bolivia y Ecuador en perspectiva comparada” In: *Revista OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año X, N° 25, abril, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/06pena.pdf>. [Acessado em: 11 Jun. 2014].

Poulantzas, Nicos., (1977) *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes.

Santaella Gonçalves, Rodrigo, (2011) *Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações teóricas no pensamento político do grupo Comuna*. 35° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

Svampa, Maristella; Stefanoni, Pablo, (2007) “Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’”. In: *Revista OSAL*. Buenos Aires: CLACSO. v.8, n.22, setembro de 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. [Acessado em: 15 Mai. 2014].

Svampa, M., Stefanoni, P., Fornillo, B.(2010) *Balance y perspectivas Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales*. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana.

Stefanoni, Pablo, (2006) El nacionalismo indígena em el poder. *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 37-44. Disponível em: <http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/stefanoni.pdf>. [Acessado em: 12 Jun. 2011].

_____, (2007) *Queremos un capitalismo con mayor presencia del Estado*. Entrevista com Alvaro García Linera. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticias/2007/5/51113.pdf>. [Acessado em: 13 Mai. 2014].

Stefanoni, P., Ramirez Galegos, F., Svampa, M. (2008) *Biografía política e intelectual: Álvaro García Linera*. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana.

Tapia, Luis, (2009) *La coyuntura de la autonomía relativa del estado*. La Paz: CLACSO; MUELA DEL DIABLO EDITORES, 2009. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/coyuntura.pdf>. [Acessado em: 13 de Mai. 2014].

_____, (2011) *El estado de derecho como tiranía*. La Paz: CIDES – UMSA.